

METAMORFOSES NO JORNALISMO: ASPECTOS DA COBERTURA DOS PROTESTOS DE RUA DE JUNHO DE 2013

*Journalism metamorphoses: aspects
of the street protests of June, 2013
coverage*

Myrian Del Vecchio de Lima*
Eloisa Beling Loose**

RESUMO

O artigo analisa o fenômeno ocorrido no Brasil durante o mês de junho de 2013, que foi desencadeado pelo aumento das passagens de coletivos, sob o viés da comunicação, fundamentalmente do jornalismo, e suas transformações no que diz respeito à legitimidade da imprensa tradicional e à confiança do público na sua cobertura. Os protestos de rua ocorridos nesse período mobilizaram mais de um milhão de pessoas – de acordo com *O Estado de São Paulo* (29/06/13), houve pelo menos 490 protestos em três semanas, em 353 municípios. Para tanto, examina os enquadramentos de notícias e editoriais de dois jornais de referência, assim como postagens nas redes sociais pela mídia ninja, que transmitiu os protestos em tempo real com equipamentos portáteis de acesso às redes sociais, a fim de verificar a dinâmica da cobertura e discutir sobre as metamorfoses atreladas ao fazer jornalístico neste momento de intenso uso de mídias alternativas digitais.

* Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professora e pesquisadora nos programas de Comunicação (PPGCom) e Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da UFPR. E-mail: myriandel@gmail.com

** Jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: eloisa.loose@gmail.com

Data da submissão: 17/abril/2014

Data da aprovação: 20/maio/2014

Revisão técnica e revisão ortográfica do artigo: Solange Rosa Carneiro Leão.

Palavras-chave: Protestos de junho de 2013. Metamorfoses do jornalismo. Legitimidade. Mídias alternativas digitais. Cobertura jornalística.

ABSTRACT

The article analyzes the phenomenon occurred in Brazil during the month of June 2013, which was triggered by the increase of collective tickets under the bias of communication, above all of journalism, and its transformations with respect to the legitimacy of the traditional press and public confidence in its coverage. The street protests that occurred during this period mobilized more than one million people-according to *O Estado de São Paulo* (6/29/13), there have been at least 490 protests in three weeks, in 353 municipalities. To this end, examines the frameworks of news and editorials in two newspapers of reference, as well as postings on social networks by *ninja media*, which transmitted the protests in real time with portable equipment for access to social networks, in order to verify the dynamics of coverage and discuss about the metamorphoses linked to do at this time of intense journalistic media use digital alternatives.

Keywords: Protests of July, 2013. Journalism metamorphoses. Legitimacy. Alternative digital media. Press coverage.

1 Introdução

Os protestos de rua ocorridos no Brasil em junho de 2013 (que prosseguiram em diferentes versões nos meses subsequentes) foram desencadeados pelo aumento no valor das passagens de ônibus, mas as reivindicações que tomaram conta das grandes cidades ultrapassaram, em muito, essa causa inicial. Punição à corrupção, melhorias na saúde, na educação e no transporte, posicionamento contra algumas medidas do Congresso Nacional, entre outras demandas, levaram milhares de brasileiros às ruas e alteraram o cotidiano da população, em pleno período da Copa das Confederações, quando a mídia hegemônica estava preparada para cobrir futebol. Foi surpreendente o repúdio à construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014, em face da conhecida paixão do brasileiro pelo futebol.

É preciso registrar que o cenário mais amplo é aquele de um país em processo de reconstrução democrática, após longa ditadura militar (1964/1985), com práticas de cidadania ainda frágeis e formas de participação política que recém começam a se fortalecer. As manifestações apresentaram uma questão preexistente, mas que ainda não se anunciara no cotidiano nacional de maneira tão concreta, ao sair do espaço virtual para tomar conta das ruas, forçando a visibilização de uma crise política e social latente.

Para além das reflexões no campo político, tais manifestações se caracterizaram como fenômeno de comunicação, ao representar uma nova cultura de resistência, ativismo e mobilização em rede. O movimento se diferenciou dos tradicionais por sua descentralização organizacional; ausência de lideranças; repúdio aos canais habituais da política (como partidos e sindicatos) e às mídias jornalísticas tradicionais; reivindicações e pautas múltiplas; e mobilização e difusão realizadas a partir do espaço virtual, notadamente pelas chamadas mídias sociais – entendidas como aquelas que são “absolutamente interativas” e nas quais os consumidores (receptores) se tornam produtores de conteúdo. (LEVINSON, 2009).

O jornalismo tradicional brasileiro demorou para entender o fenômeno e, em alguns momentos, seus representantes e veículos passaram até a ser repelidos pelos manifestantes. Com o enquadramento depreciativo inicial da mídia hegemônica, em especial sob o enfoque da violência nas ruas e choques com a polícia, foi pelas redes sociais que parte da população soube dos abusos da polícia e da repercussão dos fatos, um panorama que fez o jornalismo hegemônico reavaliar sua cobertura e começar a se pautar pelo que acontecia e era veiculado nas redes.

Ao analisar parte da cobertura impressa desses protestos, este trabalho tem como centro a discussão do papel do jornalismo como legitimador dos fatos, ao atentar para as informações veiculadas em dois jornais de referência brasileiros – *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de São Paulo* (OESP) – e outras informações compartilhadas nas mídias sociais pela mídia ninja (acrônimo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), grupo que transmitiu os protestos em tempo real com equipamentos portáteis de acesso às redes sociais, sem edições e “sem censuras”.

O texto examina notícias e editoriais dos jornais, assim como postagens nas redes sociais realizadas durante o mês de junho de 2013 pelo grupo independente, atentando para seu enfoque/enquadramento. Não houve a intenção de coletar todas as notícias, pois o sistema de busca dos jornais por palavras-chave não se mostrou eficiente para recuperar todo o material divulgado no período definido. No *site* do OESP há muitas notícias repetidas, e as palavras-chave “protestos” e “manifestações” aparecem, muitas vezes, até em textos de *blogs* hospedados no *site*. Sendo assim, as buscas aconteceram via *Google*, por dia e jornal, o que permitiu que a análise qualitativa fosse baseada em uma amostragem que permitisse exemplificar a mudança de enquadramento noticioso.

Utilizamos a definição de Soares (2009, p. 56) para enquadramento, que, no campo dos estudos do jornalismo, significa “a capacidade dos meios de produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo”, seja evidenciando ou ocultando imagens, palavras e enfoques. A

seleção de determinadas formas de dizer em detrimento de outras gera compreensão diferente sobre dado fato, demonstrando que a forma de enquadrar influencia na percepção que o leitor tem do assunto noticiado. Neste artigo, debruçamo-nos sobre a mudança de enquadramentos feita pelos jornais de referência em razão da alta exposição e adesão do público aos enfoques dados pela mídia alternativa, que ganhou mais visibilidade por meio das mídias sociais, enfatizando a análise interpretativa a partir da compreensão do conceito exposto.

Nessa conjuntura, na qual o jornalismo tradicional dobra-se ou modifica-se em função de um processo de comunicação por redes sociais que informa os públicos de que há fatos não ditos, é que discutimos a hipótese de que há uma crise de confiança na cobertura da imprensa tradicional – uma crise sustentada por protestos específicos contra a supremacia de interesses privados em detrimento do interesse público. Tal situação é fruto também do cenário farto, constante e múltiplo das informações: “Uma fatia expressiva do que se fabrica em excesso, em vez de esclarecer, confunde, tantas são as mediações que cruzam os percursos comunicacionais.” (MORAES, 2006, p. 43). Ao olhar esse vasto cenário de fluxos informacionais em ebulição desde o final do século XX, este artigo se detém em questões atreladas ao papel do jornalismo profissional – um campo de legitimação tardia (TRAQUINA, 2005) – diante da nova dinâmica de circulação de notícias, trazendo aspectos da cobertura do grupo independente citado (que também alerta sobre as falhas da grande imprensa) apenas para fazer um contraponto à cobertura tradicional.

2 Profissionais e alternativos (ou radicais)

As metamorfoses do jornalismo tradicional diante de novas práticas do campo nas mídias sociais – com o surgimento de um receptor “ativo” e eventualmente “resistente” na comunicação (BRAGA, 2006), e de um jornalismo praticado também pelo próprio público (jornalismo colaborativo, jornalismo participativo, jornalismo cidadão ou *open source*), já vêm sendo intensamente debatidas nos ambientes acadêmicos e nos espaços de reflexão e crítica à própria mídia. Assim, as contradições do jornalismo hegemônico, que resultam em fragilidades, se evidenciam com a emergência de outras mídias, nem sempre coordenadas ou produzidas por profissionais da área, alterando o papel legitimador dos especialistas e modificando as relações de trabalho, uma vez que as fontes são agora produtoras de conteúdo informativo, e os leitores se convertem em coprodutores.

É importante notar que a transformação desse contexto não se dá apenas em nível tecnológico (não é apenas uma nova forma de produzir as notícias que está em questão). Jorge alerta que o fenômeno da mutação no jornalismo

ocasiona mudanças no modo de produção, no sistema de valores, bem como na representação social do produto jornalístico, a notícia. Causa, enfim, alterações em um espectro amplo que vai da produção em si ao formato, do suporte à transmissão, do discurso à prática cotidiana do jornalismo nas redações. É algo que marca a história, transforma o ambiente social, introduz novos conceitos e é passível de quebrar paradigmas. (2012, p. 417).

Tendo isso em vista, pode-se dizer que características próprias dos profissionais do campo do jornalismo tendem também à modificação. As inúmeras mensagens que circulam na web e as possibilidades de interação através das redes sociais trazem profundas alterações nas rotinas produtivas e no próprio modo de ser dos jornalistas. Com a incorporação da velocidade, do tempo real radicalizado (que é permanente) e da inserção do receptor-produtor, os jornalistas passam a ter outras preocupações. Como afirma Jorge (2012, p. 423), ele “ainda é o *gatekeeper*, mantém-se como o principal construtor da notícia, mas os *portões* se alargam”.

Ao rever, historicamente, o percorrer do grupo profissional dos jornalistas, Traquina observa que

este grupo lutou para ganhar um estatuto social comparado ao das profissões liberais, e nos mais de 150 anos de luta (ainda em continuação) constitui-se uma “comunidade interpretativa” em que novos “agentes especializados” encontram uma legitimidade social num processo circular entre os jornalistas e a sociedade na aura da teoria democrática. (2005, p. 126).

O autor português enfatiza que mesmo com a “incapacidade histórica” de o jornalismo delimitar seu “território” de maneira rigorosa, “poucas profissões tiveram tanto êxito quanto o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica de valores, símbolos e cultos” (p. 126), que se refletiram no interior do campo e fora dele, com o delineamento de um *ethos*, “uma definição de uma maneira como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo)”. (p. 126). Estabeleceu-se, enfim, nos séculos XIX e XX, apesar das permanentes relações duvidosas com as esferas dos poderes político e empresarial, um reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas

que as atividades do jornalismo têm no espaço público, garantida pelo princípio da autonomia jornalística.

É toda essa trajetória de construção de um campo profissional com *ethos* próprio que parece estar, senão ameaçada, pelo menos seriamente desafiada a rever seu papel na sociedade e a buscar novos caminhos, a partir do cenário de múltiplas emissões estabelecido. O papel legitimado do especialista em captar, escrever e editar notícias – um processo sistemático e contínuo de produção majoritariamente realizado no interior das chamadas empresas jornalísticas – começa a apresentar perturbações em maior ou menor grau, de acordo com a capacidade de adaptação do “velho” campo ao novo cenário interativo e móvel e ao “novo receptor-emissor”, bem como às novas formas “não profissionais” emergentes no fazer jornalismo.

No caso dos protestos aqui analisados, a cobertura de rua pela imprensa tradicional, bem como a interpretação e a divulgação de opinião sobre os fatos, ficaram sob suspeita para grande segmento da população, resultando, para os observadores da mídia, na visibilização do deslocamento do papel do jornalismo, marcado por uma crise de identidade a partir do descrédito popular. E é a credibilidade, ao lado da liberdade, da independência e da autonomia dos jornalistas em relação a outros agentes sociais, que Berger (2003) aponta como capital do campo do jornalismo. Segundo a autora, a credibilidade é crucial ao jornalismo porque a produção de notícias depende da receptividade e confiança dos públicos. Além disso, recorda que a credibilidade “está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais” (p. 21), o que faz com que a atenção para a manutenção desse capital seja permanente.

Simultaneamente a essa “suspeita” com relação à cobertura das manifestações, as metamorfoses vieram de fora do espaço tradicional para tensionar ainda mais o cenário: o exemplo abordado é o da mídia ninja, que cobriu e participou das manifestações com imagens em vídeo, em tempo real, via internet. O grupo se propôs a fazer ativismo social e político, autoproclamando-se alternativo à imprensa tradicional, com estrutura descentralizada, que faz uso em especial do Facebook (FB), para divulgar notícias. Em entrevistas, seus membros estabelecem uma dicotomia entre imprensa profissional e a de jovens amadores, “dando a entender que há uma crise na imprensa clássica e eles representam uma verdadeira alternativa a ela, no futuro”. (GABEIRA, 2013). Para o jornalista Gabeira, “isso se choca com meio século de experiência no ofício e o exame de outras tentativas, mundo afora, de achar um caminho para as limitações da imprensa, sobretudo as que se revelaram com o impacto da revolução digital”. (2013).

Nesse ponto se abre outro leque de reflexões, embora colocadas de forma breve, com relação a esse jornalismo dito alternativo, de grupos como o da mídia ninja. O interessante é que, agora, o que se coloca como alternativo se baseia na tecnologia de ponta, flexível, maleável, ao alcance de grandes segmentos da população mesmo em países em desenvolvimento como o Brasil – tecnologia diferente da anterior que beneficiava as grandes corporações e restringia a comunicação àquela unidirecional, sendo o jornalismo inserido nessa lógica. É coerente, portanto, chamar essas *new new media*, no entendimento de Levinson (2009), de mídias sociais, pois permitem que consumidores se tornem produtores de conteúdo, neste caso jornalístico, e são absolutamente mais interativas do que as “novas mídias” anteriores, como jornais *online* e o *ITunes*, ou velhas mídias, como televisão e jornais impressos.

Cronologicamente, é possível perceber que, à medida que a internet ganhou forma e expressão como mídia e ferramenta de informação, “o jornalismo tem feito uso das novas mídias digitais para se relacionar com o público e aprimorar/otimizar a entrega de informações”. (CAVALCANTI, 2012, p. 46). O campo também estabeleceu alianças entre as mídias tradicionais e as mídias sociais. Desde 2009/2010,

já temos o que pode ser considerado uma grande mudança de mentalidade entre os principais veículos tradicionais [...]. Jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, grandes grupos noticiosos ou conglomerados de mídia já perceberam que não é o leitor que deve ir até eles, mas, sim, eles que devem ir até o público. (CAVALCANTI, 2012, p. 46).

Assim, por meio de celulares e *tablets*, muitos jornais passaram a se entender não mais como empresas jornalísticas, mas como empresas de informação que entregam conteúdo onde o usuário estiver. Conforme Adghirni (2012, p. 74), as empresas jornalísticas “aproveitaram da credibilidade que já tinham granjeado junto ao público como fornecedores confiáveis de notícias além do *know-how* que possuíam em buscar, tratar e disseminar a informação”. Ma, tais esforços da imprensa tradicional não a transformam em uma *new new media*.

É por meio do *Facebook*, do *Twitter*, do *YouTube* e de outros canais da internet que novos agentes jornalísticos, como a mídia ninja, se constituem como “mídia alternativa” e produtora de jornalismo contra-hegemônico, podendo até ser definida, em princípio, como “mídia radical alternativa”, aquela “em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas

hegemônicas”. (DOWNING, 2002, p. 21). Dessa forma, à grande imprensa sobra tecnologia, mas falta *radicalidade*, o que evidentemente é natural quando se trata de organizações empresariais que atuam no livre-mercado.

As mídias sociais permitem a comunicação de todos para todos, uma partilha sem os filtros e/ou critérios tradicionais do campo jornalístico. De acordo com Ferrari (2010), o Facebook (principal dispositivo utilizado pela mídia ninja) é um exemplo da narrativa pluralista que desencadeia a construção coletiva do conhecimento. Mesmo no caso dos jornais de referência, impressos em papel, é inegável a adequação que esses tiveram que fazer em razão da interatividade e, por isso, do reflexo imediato de sua produção. Nunca houve um retorno tão rápido do material publicado em termos de aceitação do público.

Particularmente no Brasil, a mídia tradicional se estrutura, histórica e contemporaneamente, a partir de grandes grupos familiares (Marinho, na Rede Globo; Mesquita, no OESP; Frias, na FSP; Civita, na Editora Abril, entre outros), estabelecida em poucas grandes empresas, com afiliações regionais e locais escassas e quase nenhum controle do Poder Público. Para Fonseca (2005), com relação à concentração de propriedade, “as principais organizações de mídia no País continuam sob o controle de reduzido número de grupos familiares, de grupos políticos e de grupos religiosos” (p. 18), esta última uma característica brasileira. Tal concentração se reflete na monopolização dos mercados.

Em entrevista ao site do canal de televisão *Deutsche Welle Brasil*, em 2013, o pesquisador de comunicação Venício A. de Lima aponta para o “atraso” do País com relação à regulamentação do setor de comunicação (em especial, lembrando que as normas aprovadas na Constituição vigente, aprovada em 1988, “nunca foram regulamentadas”); na mesma oportunidade, ele indica outra característica que se sobrepõe:

Nunca houve preocupação com a propriedade cruzada¹ dos meios de comunicação no Brasil. [...] se formos ver como de fato esses grupos [de comunicação] funcionam, boa parte deles tem algum tipo de vínculo com políticos no exercício do mandato. Eu tenho começado a falar numa situação de corrupção histórica e sistemática da opinião pública brasileira por causa desse tipo de situação. (Apud KRIEGER, 2013).

¹ A concentração cruzada (ou propriedade cruzada) é entendida por Lima (2001) como a “situação em que um mesmo grupo torna-se proprietário de determinadas mídias, como emissoras de rádio, de TV, jornais, etc.”

Ao rever o estudo de Taschner (1992) sobre o *Grupo Folhas*, Fonseca (2005, p. 123) conclui que o jornalismo contemporâneo brasileiro, produzido no âmbito das indústrias culturais e de acordo com “a racionalidade do capitalismo monopolista e sob a lógica do regime fordista de acumulação”, se reflete no caráter de mercadoria da notícia:

Essa natureza de produto conferida às informações jornalísticas possibilitaria uma maior flexibilidade de linha editorial, ou mesmo de ausência de linha editorial, permitindo que o jornal assuma determinadas posições que possam ser corrigidas mais adiante, se necessário, dependendo dos rumos do vento, da opinião pública. (FONSECA, 2005, p. 124).

É nesse contexto que deve ser interpretado o entendimento de um grupo alternativo como a mídia ninja, que no dia 24/6/13 divulgou na sua página do FB:

A mídia tradicional no Brasil é concentrada, nada plural e nada diversa. Muitas vezes ela se comporta como um partido político, tentando dar a pauta e organizar os setores mais conservadores. Enquanto isso, a internet tem sido o espaço arejado de diálogo e organização.²

Em outra postagem do FB, do dia 29/6/13, a mídia ninja critica o jornalismo tradicional: “Durante os protestos que se espalharam pelo país, observamos uma recorrência na cobertura da grande mídia [...]: uma narrativa que diminui o número de manifestantes e omite as imagens de violência policial”.

Foi a radicalidade da mídia ninja e outras mídias alternativas similares, que colocaram a imprensa brasileira em xeque, promovendo surpresa, indecisão, alterações de rota na cobertura, produção de discursos sobre legitimidade e representatividade do jornalismo profissional, além de pautar, por sua cobertura de rua, plugada nas redes sociais em tempo real, o velho jornalismo impresso e televisionado.

Em agosto de 2013, após o ápice dos protestos de rua no Brasil, na mesma reportagem do site *Deutsche Welle Brasil* já citada, a pesquisadora Sylvia Moretzsohn, como fonte consultada, assinalou que o papel de grupos alternativos de comunicação representa uma oxigenação para a produção

² Acesso às postagens pelo link: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA?fref=ts>>.

de jornalismo tradicional no Brasil, suprimindo uma lacuna, “sobretudo porque recupera essa reportagem de rua, essa ênfase no que está acontecendo neste momento e ao vivo”, acrescentando que os grupos alternativos constituem “uma forma de documentar a realidade e, ao mesmo tempo, de denunciar principalmente certas violências que não são frequentemente objeto de cobertura da mídia tradicional”. Entretanto, ela alerta que, como as formas alternativas de informação estão alterando certos fluxos de trabalho da mídia tradicional,

há um aumento brutal de fontes que querem se apresentar como informação, e é preciso selecionar tudo isso de forma muito mais criteriosa. Os jornalistas continuam tendo esse papel de mediação. Que credibilidade tem a internet, de forma geral? Posso publicar o que eu quiser e depois apagar, como indivíduo. Mas sempre há uma promessa de credibilidade no jornalismo, seja na forma de grandes empresas ou nas formas alternativas.

A questão da credibilidade permanece, portanto, como balizadora na prática de qualquer tipo de jornalismo: tradicional, alternativo ou radical. Dela vai depender a legitimação do papel desse campo, que vai além do profissional, estabelecendo-se como campo mediador de conhecimento e de interpretação do real para a sociedade.

3 Cobertura sob suspeita

A cobertura dos jornais de referência FSP e OESP, no que tange aos protestos de junho de 2013, passou por uma mudança repentina de enfoque tanto em suas notícias como nos editoriais (espaços destinados à exposição da opinião dos veículos de comunicação), do ponto inicial das manifestações aos dias em que elas se intensificaram. A crescente visibilidade que o fenômeno ganhou por meio das mídias sociais (onde eram veiculadas informações da mídia alternativa) fez com que ambos os jornais repensassem seus enquadramentos e, em certa medida, alterassem o discurso das primeiras semanas de cobertura. Para demonstrar tal deslocamento (de uma cobertura negativa para outra atrelada às possibilidades de mudança decorrentes do processo), selecionaram-se títulos e trechos de notícias e de editoriais dos dois jornais já mencionados que revelam que o enquadramento dos protestos foi se alterando, muito em função da intensa repercussão que o tema alcançou nas mídias alternativas digitais.

Assim, foi possível observar os principais enquadramentos dessa cobertura marcados, em ordem quase cronológica, por: 1) surpresa e indecisão inicial – os jornais são surpreendidos pelos fatos (nas ruas e nas redes) e não percebem ainda como enquadrar a cobertura, já que estão envolvidos por fortes relações políticas e empresariais, conforme aponta Fonseca (2005) e Lima (2001); 2) mudança repentina no tom da cobertura – após a percepção do crescimento avassalador da massa de pessoas nas ruas em centenas de cidades e de que os próprios jornalistas se tornam vítimas de violência policial; nesse ponto, os dirigentes devem ter se colocado em dilemas entre seus interesses comerciais/político-ideológicos e as grandes balizas que envolvem credibilidade e legitimidade (TRAQUINA, 2005); 3) os jornais passam a ser pautados pelas mídias sociais – sem poder estar presente (ou não querer) nos espaços mais “quentes” das manifestações, passam a utilizar o material disponível nas redes digitais para recheiar suas matérias, em especial, informações oriundas do grupo mídia ninja (a cada duas horas, em média, o grupo postava uma nova foto, *link* ou relato em sua conta no Facebook); 4) clara visibilização do deslocamento da cobertura – as mudanças de enquadramento da cobertura, no breve período analisado, permitem perceber nitidamente esses três pontos que marcam a cobertura examinada, como analisaremos a seguir.

No começo das manifestações, os jornais de referência noticiaram a mobilização, majoritariamente, pelo viés da violência, do transtorno e do vandalismo, trazendo em suas coberturas títulos como: “Manifestação contra aumento da tarifa de ônibus fecha vias em São Paulo” (OESP, 6/6/13),³ “Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP” (FSP, 7/6/13),⁴ “Fogo, bombas e depredação no maior protesto contra tarifa” (OESP, 12/6/13),⁵ “Ato tem violência, saque e depredação; PM demora a agir” (FSP, 19/6/13)⁶ e “Paulistano fica refém de tiros e de bombas em ato por redução da tarifa” (OESP, 14/6/13).⁷

Nos editoriais dos dois jornais citados, também se observa um olhar parcial sobre o fenômeno, tratando uma mobilização de interesses diferentes como se fosse um bloco homogêneo de rebeldia sem causa. No dia 8/6/13, OESP

³ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,manifestacao-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-fecha-vias-em-sao-paulo,1039657,0.htm>> .

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contr-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml>> .

⁵ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,fogo-bombas-e-depredacao-no-maior-protesto-contr-tarifa,1041335,0.htm>> .

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/114776-ato-tem-violencia-saque-e-depredacao-pm-demora-a-agir.shtml>> .

⁷ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,paulistano-fica-refem-de-tiros-e-de-bombas-em-ato-por-reducao-da-tarifa,1042161,0.htm>> .

publicou um editorial chamado “Puro Vandalismo”,⁸ no qual além de depreciar o movimento, exaltando os aspectos negativos, finaliza o texto com uma indagação àqueles que tentam negociar: “Para não ficar mal com os chamados movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos”. No dia 13/6/13, o editorial “Chegou a hora do basta”⁹ do OESP diz que a polícia precisa agir: “Os baderneiros [...] ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem.” Fala também do “rastro de destruição” deixado pelos manifestantes e do ataque com paus e pedras sofrido pela Polícia Militar (PM), que tentava conter “a fúria dos baderneiros”. O texto deixa claro que o jornal polariza a ação policial e o protesto, mantendo-se a favor da primeira: “A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo.” Também se coloca como porta-voz da população, posicionando-se por ela, ao afirmar que “o fato é que a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades”.

No mesmo dia,¹⁰ a FSP expõe que a reivindicação pelo menor custo da passagem é apenas um pretexto, e que os manifestantes “são jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados”. O editorial do dia, “Retomar a Paulista”, aponta as inconveniências causadas pelos protestos, como pessoas feridas, ônibus danificados, prejuízos em estações de metrô e “milhões de paulistanos reféns do trânsito”, e se opõe ao fenômeno de essência reivindicatória: “É hora de pôr um ponto final nisso.”

Os protestos não cessaram. Ao contrário, eles se fortaleceram e se tornaram pauta obrigatória da grande imprensa (a pesquisa *DataFolha* divulgada no dia 23/6/13 aponta que 66% dos entrevistados eram a favor da continuidade dos protestos e 34%, contra¹¹). A FSP chegou a demarcar as notícias sobre o tema na editoria *Cotidiano* com o chapéu “País em Protesto”. Com o aumento do apoio e envolvimento da população, as opiniões apenas sobre vandalismo foram sendo publicadas com outros enquadramentos, a favor do movimento, retratando também personagens que fazem parte dele – os

⁸ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,puro-vandalismo,1040106,0.htm>>.

⁹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chegou-a-hora-do-basta,1041814,0.htm>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>.

¹¹ Informações disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/115420-para-66-manifestacoes-nas-ruas-devem-continuar.shtml>>.

que se ferem gratuitamente, como policiais, jornalistas e manifestantes pacíficos. No dia 18/6/13, a FSP publica “Políticos agora apoiam manifestações”,¹² notícia que traz colocações a favor das manifestações (Dilma afirmou que protestos pacíficos são legítimos; para FHC, é erro qualificá-los como ação de baderneiros).

No dia seguinte, uma notícia sobre a repercussão dos protestos no Exterior, em tom favorável, foi publicada pelo OESP (“Editorial do NYT fala em ‘despertar social no Brasil’”¹³), trazendo a ideia apresentada no *The New York Times* de que os protestos não deveriam ter causado surpresa:

O Times destaca que não é surpresa que o aumento das tarifas de ônibus tenha gerado uma insatisfação generalizada da população que paga cada vez mais impostos. Também não é surpresa a decepção das pessoas com os altos gastos para reformar ou construir estádios para a Copa do Mundo em um país carente de melhores educação e saúde.

Também traz uma avaliação positiva em relação ao posicionamento da presidente brasileira, que, de acordo com a notícia, “teve o mérito de não ir contra as manifestações, declarando que entende os anseios e a necessidade de mudança pedida pelas massas”. No dia 18/6/13, OESP também publicou nota a partir da publicação de Lula (ex-presidente brasileiro) sobre os protestos, revelando uma postura conciliatória do político diante do cenário de muitos embates. Na notícia “No Facebook, Lula condena polícia nas manifestações”¹⁴ consta a declaração de Lula a favor da mobilização do povo:

Ninguém em sã consciência pode ser contra manifestações da sociedade civil porque a democracia não é um pacto de silêncio, mas sim a sociedade em movimentação, em busca de novas conquistas. Não existe problema que não tenha solução. A única certeza é que o movimento social e as reivindicações não são coisa de polícia, mas sim de mesa de negociação.

¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/114599-politicos-agora-apoiam-manifestacoes.shtml>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-do-nyt-fala-em-despertar-social-no-brasil,1045243,0.htm>>.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,no-facebook-lula-condena-policia-nas-manifestacoes,1043835,0.html>>. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,entender-as-manifestacoes,1042701,0.htm>>.

Essas notícias, centradas nas declarações de políticos (que obviamente não queriam tornar-se alvo direto dos protestos), acabam por trazer outros enquadramentos para o processo, antes marcado prioritariamente pelas perturbações de ordem pública – resultado de atos de um grupo minoritário em relação ao total de manifestantes. O foco nas depredações, nos prejuízos econômicos e no incômodo derivado das interdições nas ruas não foi apagado, mas passou a ser dividido com análises e perspectivas favoráveis.

Os editoriais dos dois jornais também reenquadraram o acontecimento. No dia 15/6/13, o jornal OESP publica “Entender as manifestações”,¹⁵ expondo que é preciso ter “sangue-frio” para enfrentá-las e “esforço de compreensão do que exatamente se passa, tanto por parte das autoridades como de todos os que de uma forma ou de outra são afetados por elas”. Ainda que mantenha o discurso de que a polícia precise agir com rigor, o jornal demonstra que há muitas questões em andamento, e que a compreensão do acontecimento não é total, reconhecendo seu caráter multifacetado e autêntico em função da experiência brasileira com tantos descontentamentos (políticos, econômicos, sociais, etc.).

Já a FSP publicou, no dia 19/6/13, “Incógnita nas ruas”,¹⁶ tratando da descentralização do movimento e afirmando que “mal ou bem, a massa falou pela maioria e falou contra os poderes instituídos”. No trecho a seguir, há um reconhecimento de que a parte negativa era fruto de um grupo menor e de que os protestos são, de fato, legítimos:

O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em geral pacífico das marchas deixaram patente que a depredação partiu de grupos minoritários. Por mais que a ação truculenta da Polícia Militar paulista, na quinta-feira, tenha sido decisiva para engrossar a multidão nas ruas, está claro que a reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários.

Percebe-se que a clássica premissa do jornalismo em que é preciso ouvir os dois lados (ou quantos lados forem necessários) perde força nos jornais de referência: são poucas as notícias examinadas que trazem os manifestantes como fontes da notícia. É muito mais comum as vozes oficiais estarem acompanhadas daqueles que sofreram alguma perda com os

¹⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1297388-editorial-incognita-nas-ruas.shtml>>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/116322-destruicao-foi-sopreliminar-da-copa-diz-diretora-de-loja-depredada-em-bh.shtml>>.

protestos e, portanto, coloca-se contra eles. É o caso da notícia “Destruição foi só preliminar da Copa, diz diretora de loja depredada em BH”¹⁷ (FSP, 28/6/12), na qual o enquadramento se dá pelas perdas de quem foi vítima do grupo de vândalos que se misturava nas manifestações.

Outra questão que não pode ser esquecida é que a mídia ninja, além de trazer o ponto de vista do manifestante, conseguiu noticiar de lugares onde a imprensa tradicional não estava (seja porque não estava interessada, seja porque havia um repúdio à cobertura dos jornalistas representantes dos grandes e tradicionais conglomerados de comunicação). A violenta repressão policial passou a ser conhecida por meio das mídias alternativas. A grande imprensa começou a tratar do fato posteriormente, também em função das agressões que seus funcionários sofreram, a exemplo desta matéria do OESP: “Ação deixa 105 feridos; repórter é atingida no olho”¹⁸ (14/6/13) e da notícia: “‘Jamais achei que ele fosse atirar’, diz repórter da Folha atingida durante protesto”,¹⁹ publicada pela FSP, em 16/6/13. Pode-se dizer que a agressão aos jornalistas pela polícia fez com que um novo enquadramento também disputasse espaço na cobertura dos protestos, como a notícia: “PM do Rio sequer iniciou investigação sobre excessos”²⁰ (OESP, 24/6/13). Os excessos da polícia ganharam evidência na grande imprensa a partir da agressão aos seus integrantes, depois de manifestantes já terem sido agredidos e isso ter sido disseminado nas redes sociais pelos “ninjas”.

Essa é apenas uma amostra de como a mídia de referência *iniciou* a cobertura dos protestos: dando grande ênfase à violência nas ruas e à destruição dos patrimônios público e privado. Os abusos da polícia nos jornais de referência só começaram a ser mencionados após publicações das mídias alternativas e, especialmente, depois que repórteres dos veículos tradicionais tornaram-se vítimas da situação. Após a repercussão na internet de outros olhares sobre o fenômeno, destacamos o papel desempenhado pela mídia ninja e a disseminação de tais informações pelos próprios emissores, a mídia hegemônica também reavaliou sua cobertura, ampliando a gama de enquadramentos possíveis. No dia 20/6/13, a FSP publicou seu editorial com o título “Vitória das ruas”,²¹ no qual afirma: “O movimento

¹⁷ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acao-deixa-105-feridos-reporter-e-atingida-no-olho,1042376,0.htm>> .

¹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-foosse-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>> .

¹⁹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pm-do-rio-sequer-iniciou-investigacao-sobre-excessos,1046440,0.htm>> .

²⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1298034-editorial-vitoria-das-ruas.shtml>> .

²¹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-pergunta-das-ruas,1045193,0.htm>> .

adquiriu tamanha repercussão no tecido social que ceder já se tornava imperativo de bom-senso. Agora lhes (às autoridades) cabe enunciar de onde sairão as verbas para pagar a conta.” No dia 21/6/13, OESP fechou seu editorial “A pergunta das ruas”²² assim:

As manifestações, apesar do seu intolerável componente de violência – à qual o grosso dos participantes, justiça se lhe faça, se opôs, tiveram a virtude de lançar em campo uma oportuna e inconveniente pergunta para os detentores do poder: se eles se dispõem a investir bilhões para fazer uma Copa com o “padrão Fifa”, por que não adotam o mesmo critério, com a mesma urgência, para melhorar os serviços públicos?

Logo após o anúncio da redução da tarifa nas principais capitais do País, o desencadeador desse fenômeno, o jornal reconhece o papel dos protestos e se une aos manifestantes com a indagação a respeito dos gastos da Copa. Ao final, ambos os jornais apresentaram dinâmicas semelhantes no que diz respeito à cobertura dos protestos de junho de 2013, modificando os enquadramentos de acordo com as reações da opinião pública, alimentadas também pelas mídias independentes.

Em razão do descrédito de muitas pessoas em relação à cobertura da grande imprensa, que selecionou ângulos e histórias monocausais, muitas vezes de caráter exclusivamente negativo, para tratar dos protestos, a mídia ninja passou a obter a confiança e a credibilidade de parte do público, que, alimentando-se dos dois lados da história, conseguia ter uma visão mais completa dos fatos a fim de emitir opinião. Destaca-se que o processo jornalístico da mídia ninja também decorre de enquadramentos e, consequentemente, de escolhas do que e como noticiar; contudo, a discussão que propomos é sustentada justamente pela perda de credibilidade da grande imprensa durante essa situação específica – e por extensão, de uma parcela momentânea de sua legitimidade, o que envolve outras variáveis e um tempo mais longo – por menosprezar aspectos que interessam ao seu público – e que, talvez, não fossem reivindicados antes pela falta de fontes alternativas que lhe mostrassem outras “verdades”. Além disso, o fato de os “ninjas” estarem em tempo real, acompanhando as manifestações nas ruas, foi crucial para que um laço de confiança se estabelecesse – eles estavam mostrando o que realmente estava acontecendo nas ruas.

²² Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-pergunta-das-ruas,1045193,0.htm>>.

4 Considerações finais

Verificamos que a cobertura das manifestações de junho de 2013 no Brasil pela imprensa tradicional precisou se adequar diante de outras informações que emergiram das mídias alternativas digitais, como a mídia ninja. O fato de o grupo independente transmitir em tempo real o que a grande imprensa silenciava fomentou descrédito por parte do público sobre os jornais de referência, que, aos poucos, modificaram seu enquadramento do fenômeno – o que era só baderna e violência passou a ser algo reconhecido como uma manifestação legítima, fruto da conjuntura insatisfatória na qual estamos inseridos. Provavelmente, nesse *turning point*, com relação aos enquadramentos da cobertura deve ter pesado uma análise dos dirigentes dos jornais de como o jogo das ruas poderia influenciar no jogo eleitoral de 2014, com eleições presidenciais e de governadores dos estados programadas para o mês de outubro: os jornais precisaram de um tempo para avaliar, além do interesse e da opinião de seus leitores – o que incide sobre questões de credibilidade –, como suas conexões políticas se comportavam sobre os protestos (os dois jornais em análise são bastiões do empresariado paulista e seus representantes, em especial do PSDB, partido ainda liderado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em eterna quebra de braço com os grupos petistas liderados por Lula). O interessante é que, bem no início do processo, os partidos políticos – rechaçados nas ruas como não representantes da população, mesmo com políticos eleitos em voto livre – também não sabiam como se posicionar.

Esse cenário de mudanças, com uma mídia tradicional vista com desconfiança por alguns segmentos da população, fica ainda mais perturbado com a expansão de uma mídia social alternativa, que chegou, inclusive, a pautar a grande imprensa. Os protestos de junho de 2013 radicalizaram esse processo ao dar ampla visibilidade ao deslocamento do papel do jornalismo tradicional, como instituição historicamente legitimada.

Rudiger (2011), ao trazer diferentes perspectivas da cibercultura, apresenta os populistas tecnófilos, que comemoram a internet como ruptura do monopólio exercido até então pelas empresas jornalísticas, e os conservadores midiáticos, que, ao contrário, observam no fenômeno o fim do profissionalismo e, com isso, o fim de padrões éticos e da qualidade da informação. Acreditamos que uma leitura intermediária, aproveitando a democratização da informação interativa em tempo real e, ao mesmo tempo, o legado dos fundamentos do exercício do jornalismo façam mais sentido na reflexão sobre o papel dos profissionais neste contexto de constantes emissões. Concordamos com Wolton (2011) quando o teórico afirma que

a internet não substitui a comunicação presencial, já que as manifestações foram motivadas pelo *Facebook*, mas só tiveram vulto e espaço na mídia tradicional porque houve mobilização nas ruas – e não apenas nas redes.

Os protestos de junho só se tornaram um fenômeno popular porque as pessoas foram às ruas, uniram-se para reivindicar direitos e outras condições de vida. Por mais que as mídias alternativas tenham favorecido e permitido que uma vasta multidão se articulasse, elas não podem ser vistas como “o novo motor da democracia”. (WOLTON, 2011, p. 43). Entretanto, elas constituem uma nova e poderosa variável que incide sobre as práticas de jornalismo tradicional e sobre a reflexão a respeito de que novos caminhos o campo deve seguir para manter suas grandes pretensões históricas nas democracias: manter-se como espaço mediador na sociedade marcado pela credibilidade e, a partir disso, ser um legitimador dos fatos e acontecimentos sociais, cumprindo com sua tarefa de informar, interpretar e opinar.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia Leal (Org.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 39-79.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

CAVALCANTI, Mário Lima. Mentalidade do jornalismo. In: BRAMBILLA, Ana. *Para entender as mídias sociais*. Salvador: Edições VNI, 2012. v. 2. DOWNING, John. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

FERRARI, Pollyana. *A força da mídia social*. São Paulo: Factash, 2010.

FONSECA, Virgínia P. da Silveira. *O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global*. 2005. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GABEIRA, Fernando. *Mídia ninja e o futuro desfocado*. Texto opinativo publicado no jornal O Estado de São Paulo em 16/8/13. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,media-ninja-e-o-futuro-desfocado,1064592,0.htm>> . Acesso em: 20 dez. 2013.

JORGE, Thaís de M. A notícia nos cibermeios: três hipóteses sobre a mutação do relato noticioso. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. da UnB, 2012. p. 411-428.

KRIEGER, Renate. *Ascensão da mídia ninja põe em questão a imprensa tradicional no Brasil*. Reportagem publicada no site da Deutsche Welle Brasil em 1º/8/2013. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/ascens%C3%A3o-da-m%C3%ADdia-ninja-p%C3%B5e-em-quest%C3%A3o-imprensa-tradicional-no-brasil/a-16989948>> . Acesso em: 27 dez. 2013.

LEVINSON, Paul. *New new media*. USA: Allyn & Bacon (Penguin Academics), 2009.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORAES, Dênis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: MORAES, Dênis de (Org.) *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 33-49.

RUDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Edunesp; Cultura Acadêmica, 2009. Online.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

